



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 101, DE 2020

Destaque para votação em separado de dispositivo da MPV nº 897/2019.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

## REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do §1º do artigo 1º da Lei n. 8.427/1992, na redação dada pelo artigo 41 do PLV n 30/2019, apresentado à MPV n. 897/2019 da MPV 897/2019, *que institui o Fundo de Aval Fraternal, dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas, e dá outras providências.*

### JUSTIFICAÇÃO

A MP 897 altera a Lei nº 8.427, de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Aqui começam os problemas da MP.

A MPV altera o §1º da Lei mencionada para estender as subvenções de encargos financeiros, os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, **para as instituições financeiras privadas.**

**O texto original da Lei previa apenas os bancos oficiais federais e bancos cooperativos.** Ou seja: todas essas operações de crédito rural previstos pela MP, com quaisquer instituições financeiras credenciadas, serão a partir de agora passíveis de equalização de taxas de juros pelo Tesouro.

**Com isto, as dotações disponíveis para essa finalidade de crédito que cobririam apenas as operações do crédito rural oficial, passarão a cobrir também as operações das grandes empresas rurais com o setor privado.**

**Assim, por exemplo, os R\$ 10 bi previstos para essa finalidade na safra 2019/20 terão a concorrência dessas grandes operações, resultando em restrições inevitáveis para o financiamento da agricultura familiar. Em contrapartida, haverá destinação de recursos volumosos para as operações financeiras dos bancos privados e grandes tomadores do crédito rural.**

**Temos aqui uma tendência de concentração mais elevada ainda dos subsídios do setor agrário, com a concorrência de bancos privados e grandes produtores pelos recursos do Tesouro antes reservados para as subvenções das operações dos pequenos agricultores via Pronaf, por exemplo.**

**Por esse motivo destacamos a supressão do § 1º do artigo 41 do PLV para que sejam mantidas as subvenções aos produtores rurais exclusivamente com os bancos públicos brasileiros.**

Sala das Sessões, 4 de março de 2020.

**Senador Rogério Carvalho  
(PT - SE)**



SF/20263.86850-14 (LexEdit)